

Desemprego e recessão no centro dos debates

por Maria Hirszman
de Paris

Desemprego e recessão são os temas centrais da pauta de discussões da 32ª Reunião Ministerial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne desde ontem, em Paris, as lideranças políticas de seus 24 países-membros. Pois os outros grandes temas da atualidade — controle das finanças públicas, negociações comerciais e políticas sociais — estão intimamente ligados à crise que atingiu a quase totalidade das economias desenvolvidas neste início de década e que ainda não tem dado sinais de recuperação.

A projeção Produto Interno Bruto (PIB) semestral dos países-membros da OCDE foi mais uma vez revisada para baixo. O crescimento da economia desse grupo de países será de 1,2% este ano, contra os 2% previstos no início do ano. A economia dos países europeus deverá encolher 0,3% em 1993, com destaque para a Alemanha, cujo PIB deverá regredir 1,9%.

A recessão da economia européia ajudará a elevar ainda mais o já elevado índice de desemprego, que deverá atingir 11,4% da população ativa do continente no final do ano, ante 8,5% em média para os 24 países da OCDE.

Os elevados índices de produtividade conquistados pelos países ricos nos últimos 20 anos garantiram uma progressão sem precedente do nível de vida dessas populações, mas, por outro lado, esse forte desenvolvimento da produção acabou gerando um mecanismo perverso de desemprego estrutural, ou seja, uma mão-de-obra que não é reabsorvida pelo mercado de trabalho apenas com o reaquecimento econômico.

Em um estudo divulgado ontem, os dirigentes da OCDE afirmaram temer que esse forte desequilíbrio do mercado de trabalho leve os governos a "adotar medidas precipitadas e nefastas", como, por exemplo, a promoção de uma expansão macroeconômica inadequada e a utilização de mecanismos de proteção comercial visando defender o trabalhador nacional. A organização acredita que a flexibilidade do mercado de trabalho é um dos caminhos a serem seguidos pelos países europeus para combater o problema do desemprego e a fuga dos setores produtivos que exigem menor qualificação de mão-de-obra para os países em desenvolvimento.

Se um relativo consenso é passível hoje em relação à necessidade de realizar reformas estruturais para evitar o colapso no mercado de trabalho, com nuan-

ces mais ou menos liberalizantes, é possível identificar divergências bem maiores quando se trata de escolher a melhor forma de estimular a economia mundial. Em seu discurso, o secretário do Tesouro americano, Lloyd Bentsen, procurou ontem demonstrar a necessidade de Japão e Europa realizarem uma política macroeconômica ativa para reverter a estagnação econômica (ver acima).

Esse esforço conjunto depende, para surtir efeito, da rápida expansão do comércio internacional e da conclusão da Rodada Uruguai.

COMÉRCIO AGRÍCOLA

Em 1992, uma série de fatores afetou o mercado internacional de produtos agrícolas, constata o relatório "Políticas, Mercado e Comércio Agrícola", publicado ontem pela OCDE.

Por causa dos incentivos à produção e subsídios à exportação ainda elevados e da recessão mundial, o aumento em 6% do volume de produtos agrícolas comercializado no ano passado não gerou nenhuma progressão em termos de valor, que foi equivalente ao registrado em 1991, já que os preços caíram pelo quarto ano consecutivo, e, no caso dos mercados de cereais ou de carne bovina, além da redução dos preços, verificou-se também um aumento dos estoques.

Em termos globais, o apoio total fornecido ao setor agrícola pelos 24 países-membros da OCDE não foi

alterado no ano passado. Mas individualmente, ocorreram algumas alterações. O Canadá e a Suécia, por exemplo, reduziram seus subsídios em 12% e 20%, respectivamente, enquanto no Japão e nos Estados Unidos essas ajudas aumentaram em 9 e 8%. Os produtores-membros da Comunidade Econômica Européia receberam, em média, 3,5% a menos do que em 1991, graças, principalmente, à política de diminuição da produção.

Outro fator que ajudou a distorcer os resultados do comércio internacional de produtos agrícolas foi, segundo a OCDE, a dificuldade que alguns países têm em aceder ao mercado. "A degradação da cooperação internacional na coordenação da ação dos poderes públicos, o aumento do protecionismo e a impossibilidade de concluir as negociações da Rodada Uruguai contribuíram para a estagnação das trocas comerciais", constata o relatório.

Mesmo que o consumo de produtos agrícolas seja pouco elástico, a crise econômica e a crescente ameaça do desemprego nos países da OCDE podem provocar um remanejamento desse consumo para produtos mais baratos, impedindo uma recuperação dos preços no mercado. No entanto, segundo essa organização, uma série de indícios leva a crer que, a médio prazo, os preços dos produtos agrícolas deverão aumentar.